

HIERARQUIA E SUJEIÇÃO EM *S. BERNARDO*

Mariliane dos Santos Dalmolin (UTFPR)¹

Marcos Hidemi de Lima (UTFPR)²

RESUMO: O presente artigo se propõe a analisar a relação entre os personagens Paulo Honório, protagonista do romance *S. Bernardo* (Graciliano Ramos, 1934), e os funcionários Rosa e Marciano. Tal relação se dá, principalmente, com base no sentimento de posse que o personagem principal do livro tem sobre aquilo que ele acredita lhe pertencer, e nisso incluem-se os próprios empregados de sua fazenda. Além disso, este estudo busca demonstrar a verossimilhança existente entre estas personagens de Graciliano Ramos e os laivos senhoriais que, por muitos anos, marcaram a sociedade brasileira. Para demonstrar a situação acima exposta, esta análise tomará como ponto de partida as ideias centrais apontadas por Candido (2006), Lima (2017), Reis (1987), Souza (2017), bem como outros teóricos fundamentais para o entendimento das relações de poder em uma sociedade que mantém resquícios patriarcais.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de poder; Dominador; Dominado; Sociedade patriarcal, Violência.

ABSTRACT: The following research has as its aim to analyze the relation between the main character, Paulo Honório, from Graciliano Ramos' novel *São Bernardo* (1934) and his employees, Rosa and Marciano. Such relation happens mainly by the possession feeling which the main character of the novel has about what he believes he has the possession, including his own employees from his farm. Besides that, this research aims to demonstrate the likelihood among these characters from Graciliano Ramos' novel and stately trace which had marked the Brazilian society for years. To demonstrate this mentioned situation above, this analysis is going to originate from the main ideas pointed out by Candido (2006), Lima (2017), Reis (1987), Souza (2017), as well as other essential theorists for understanding the power relation in a society in which maintain patriarchal trace.

KEYWORDS: Power Relation; Domineering; Subdued; Patriarchal Society; Violence.

INTRODUÇÃO

S. Bernardo narra a trajetória de Paulo Honório, que migra das mais baixas camadas socioeconômicas para uma situação de proprietário da fazenda que dá nome ao romance, seu casamento com Madalena e o emprego de abuso de poder no trato com seus empregados. A narrativa transcorre entre os anos de 1925 a 1930, e este momento compreende um período em que a sociedade brasileira estava passando por um processo de transformação, saindo de um

¹ Acadêmica do curso de Letras – Português/Inglês. E-mail: marilianedalmolin@hotmail.com

² Doutorado em Letras, atua como professor no curso de Letras pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: marcoshidemidelim@gmail.com

cenário predominantemente agrícola, no qual os grandes coronéis detinham todo o poder, para uma crescente industrialização nos centros urbanos. Apesar disso, o que se observa, ao longo do romance de Graciliano, é que inúmeras práticas escravocratas, patriarcais e paternalistas ainda permaneciam comuns num meio que, na narrativa, oscila entre a ambientação rural e o espaço urbano. Dentro desta linha de raciocínio, Paulo Honório, representa no romance um típico representante desta parcela atrasada da sociedade, que ainda vive e se relaciona com os demais baseando-se em modelos ancestrais.

Tomando como ponto de partida tal perspectiva, o foco do presente artigo baseia-se no vínculo que se estabelece entre patrão e empregado no decorrer de *S. Bernardo*, bem como as relações de poder que surgem a partir disso. Nesse sentido, Jessé de Souza (2017, p. 13) destaca que “A questão do poder é a questão central de toda sociedade. A razão é simples. É ela que irá nos dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído.” Sendo assim, pode-se afirmar que o tópico principal do romance de Graciliano é o poder.

Ao se definir que a tônica de *S. Bernardo* centra-se no exercício do poder, torna-se fecundo efetuar um diálogo com o pensamento de Souza (2017). Este descreve a evolução da sociedade brasileira conjugada à manutenção de valores arcaicos que a caracterizam, sobretudo a maneira patriarcalista como Paulo Honório conduz suas relações com os demais personagens abusando de sua posição privilegiada. Nesse viés patriarcal, tal poderio concede ao narrador-personagem o direito de tratar as pessoas ao seu redor de modo autoritário e abusivo, repondo em cena práticas que remetem aos laivos escravocratas que, mesmo com a Abolição, persistem na relação entre os que detém o poder e os que submetem aos poderosos.

Considerando os aspectos observados acima, evidencia-se que o romance se desenvolve a partir daquilo que Roberto Schwarz (2000, p. 198) aponta como uma literatura “[...] voltada sobretudo para as relações de verossimilhança entre a forma literária e o processo social [...]”. Ou seja, é por meio de seus personagens, que Graciliano retrata, em *S. Bernardo*, as relações de abuso de poder que marcavam a sociedade brasileira do primeiro quartel do século XX. Paulo Honório, o protagonista do romance, faz uso da violência física e psicológica para obrigar seus empregados a fazer aquilo que lhe convém. Isso acontece, sobretudo, porque o fazendeiro representa no livro o detentor do poder. Em outras palavras, a autoridade. Logo, seus funcionários são obrigados a obedecer às regras que o coronel estabelece, do contrário tornam-se passíveis de punições, chegando, em alguns casos, até mesmo a castigos físicos.

Tais abusos de poder levam Alfredo Bosi (2017, p. 430) a definir *S. Bernardo* como “[...] romance do desencontro fatal entre o universo do ter e o universo do ser [...]”. Isto é, Paulo Honório, figurando como dono da fazenda (“ter”), deveria, em hipótese, apenas administrar e distribuir os encargos de seus empregados, todavia, não é isso o que acontece. O coronel submete seus funcionários a humilhações e violência, configurando-se como ações perpetradas por ele que causam danos físicos e psicológicos a seus trabalhadores (“ser”). Como se constata no desfecho da narrativa, a exorbitância como o fazendeiro exercita o poder acaba resultando num atentado contra si mesmo, tornando-o uma personagem angustiada, levando-o a tentar fazer uma mea-culpa por meio da escrita do livro. Segundo Antonio Candido (2006), o fazendeiro, visto aqui como representação da figura do patriarca, possui um forte sentimento de posse e nisso se inclui tudo e todos a sua volta. Ou seja, o protagonista julga que seus empregados são, assim como as terras de São Bernardo, suas propriedades, e por esse motivo pode assediá-los e castigá-los, tal como faz principalmente com Marciano e Rosa. Nesse cenário, Marcos Hidemi de Lima (2017, p. 110) aponta que o narrador-personagem:

[...] transforma-se em patriarca, porque a posse da fazenda insere-o no plano da representatividade social e econômica, logo reconhecido como senhor com poderes absolutos para, do alto da “casa-grande”, distribuir o que ele julga ser a justiça, o amor e o desvelo aos trabalhadores de sua terra.

Em outras palavras, as atitudes tiranas de Paulo Honório são incontestáveis, uma vez que a figura do patriarca está relacionada ao exercício do poder e na sua vontade, que não deve nem pode ser contrariada. Dessa forma, a partir de sua posição social, o coronel se torna soberano, fazendo o que quer com quem vive sob seus domínios.

OS EMPREGADOS DE PAULO HONÓRIO

Ao longo de *S. Bernardo* fica evidente que as relações que Paulo Honório estabelece com os demais personagens visam, em sua grande maioria, a obtenção de vantagens pecuniárias. Sob este ângulo de visão, ao analisar o protagonista do romance, Antonio Candido (2006, p. 34) salienta que “O próximo lhe interessa na medida em que está ligado aos seus negócios, e na ética dos números não há lugar para o luxo do desinteresse.” Desta maneira, de acordo com a visão de Paulo Honório, seus empregados não expressam senão capacidade de produção. Nesta ótica truncada, o fazendeiro os enxerga apenas pelo que seus serviços braçais podem lhe oferecer. Em outras palavras, o narrador-personagem vislumbra em seus funcionários o que Candido (2006, p. 22) denomina de “máquina muscular”, num evidente

destaque à reificação do ser humano e repondo na ordem do dia os valores consagrados pela ordem escravocrata, que via no escravo apenas a tal máquina de músculos, que realiza atividades estafantes, a que alude Candido. Em conformidade com a ótica de Paulo Honório, os funcionários são úteis apenas para trabalhar, e se não o podem fazer, não possuem serventia.

Nesse sentido de transformação de pessoas em meras máquinas que produzem trabalho, João Luiz Lafetá (1975, p. 187), no ensaio sobre *S. Bernardo* “O mundo à revelia”, aponta que:

Mediada sempre pelo mercado, a consciência humana tende progressivamente a fechar-se à compreensão dos elementos qualitativos e sensíveis da realidade. Todo valor se transforma – ilusoriamente – em valor-de-troca. E toda relação humana se transforma – destruidoramente – numa relação entre coisas, entre possuído e possuidor.

Na sua análise do romance de Graciliano, Lafetá (1975) observa que Paulo Honório se relaciona com seus funcionários de acordo com os princípios capitalistas, dos quais o protagonista está impregnado sobretudo a partir do momento em que ele se torna proprietário. Todavia, paradoxalmente, ele assume sua faceta patriarcalista. Ou seja, de um lado, ao encontrar-se em uma posição de poder, o fazendeiro muda a forma como encara e age com os demais a sua volta, passando a enxergar as pessoas somente pela possível lucratividade que podem lhe oferecer. Por outro, fica evidente que, ao se transformar numa espécie de senhor patriarcal, Paulo Honório age de maneira tirana, deixando de lado todo e qualquer sentimento de empatia que um dia possa ter nutrido por aqueles que com ele convivem. Tal ideia pode ser verificada na seguinte passagem:

A voz de Madalena continua a acariciar-me. Que diz ela? Pede-me naturalmente que mande algum dinheiro a mestre Caetano. Isso me irrita [...]. Irritado contra quem? Contra Mestre Caetano. Não obstante ele ter morrido. Acho bom que vá trabalhar. Mandrião! (RAMOS, 2017, p.119)

Nesta passagem do romance, é importante ressaltar o estado de saúde precário em que se encontrava Mestre Caetano, empregado do fazendeiro, sobretudo por conta de sua idade já avançada. Sendo assim, nos termos usados para referir-se ao empregado, Paulo Honório demonstra não se importar com as condições em que seus funcionários se encontram. Fica, portanto, evidente que o coronel não percebe que seus empregados sejam pessoas que possuem necessidades básicas. Pelo contrário, ele os trata como animais abandonando-os a própria sorte quando estes não possuem mais utilidade dentro do mundo do trabalho. Em suma, quem trabalha para o coronel tem tratamento semelhante ao que foi dado aos escravos no Brasil. Não

é difícil lembrar que uma das justificativas da escravidão moderna pautou-se justamente em zoomorfixar as populações africanas que foram arrastadas para o cativeiro. De modo análogo, não é outra a atitude de Paulo Honório, que, mesmo em tempos de industrialização crescente no Brasil, tem arraigado dentro de si a relação senhor/escravo, levando-o a animalizar os empregados.

Em condições semelhantes de animalização e de submissão, encontram-se os personagens Marciano e Rosa, cujo valor que possuem para seu patrão, tal qual sucede a Mestre Caetano, é insignificante. Portanto, o coronel – que continuamente faz reviver a lógica da ordem escravocrata – os enxerga como suas posses, o que lhe dá o mais elevado direito sobre a vida de seus empregados. A partir dessa perspectiva, os parágrafos seguintes buscam compreender os motivos que levam Paulo Honório – tão próximo da industrialização crescente do país e, paradoxalmente, tão parecido com um senhor de escravos – a desmerecer, explorar, espezinhar seus funcionários, sobretudo, Rosa e Marciano, este descrito pelo narrador com “mulato esbodegado”, aquela como “muito ordinária” reforçando a ideia de que a escravidão de par com a animalização e concepção da mulher como objeto sexual é uma coisa bastante viva na mente do fazendeiro.

ROSA

Em *S. Bernardo*, Rosa é casada com Marciano e, assim como o marido, trabalha para Paulo Honório. O que se sabe sobre a personagem é somente aquilo que o narrador nos conta sobre ela. Em outras palavras, é a partir do olhar dominador e masculino do fazendeiro que Rosa passa a ser conhecida. Sendo assim, a personagem não possui voz já que a narrativa se dá a partir da perspectiva do coronel. Nesse sentido, Rosa se enquadra na observação feita por Roberto Reis (1987, p. 119, grifos do autor), de que “[...] numa homologia entre ficção e realidade social, em nossa História os *fora do círculo* nunca tiveram vez, sua voz sendo ouvida no discurso do opressor.” Ou seja, ao estabelecer uma relação de verossimilhança entre a sociedade brasileira da época e o romance de Graciliano Ramos, considerando a observação acima de Reis, Rosa, que se encontra entre os ocupantes da margem da sociedade descrita por Reis (1987), representa a mulher que é submissa ao proprietário (ou seu senhor?), não por vontade própria, mas sim mediada por normas patriarcais que, no momento dos fatos narrados por Paulo Honório, ainda regiam a sociedade e faziam que a mulher, notadamente a de classe inferior, se sujeitasse.

Nesse cenário, as raras vezes em que o fazendeiro se refere à Rosa derivam de sua ótica e sua posição de patriarca. Ao encarnar o papel, deslocado, de patriarca – e aí se compreende a lógica machista que pauta a vida de Paulo Honório – o protagonista faz uso de expressões que objetificam e diminuem a figura da mulher. A seguinte passagem pode exemplificar tal ideia:

Rosa do Marciano atravessava o riacho. Erguia as saias até a cintura. Depois que passava o lugar mais fundo, ia baixando as saias. Alcançava a margem, ficava um instante de pernas abertas, escorrendo água, e saía torcendo-se, com um remeleixo de bunda que era mesmo uma tentação. (RAMOS, 2017, p. 184)

Na citação acima, percebe-se que o coronel, ao descrever algo cotidiano que sua empregada faz, acaba atribuindo a essa descrição um forte cunho erótico. Diante disso, é interessante notar que tais avaliações demeritórias se limitam àquelas mulheres que Paulo Honório julga inferiores. Ou seja, o tratamento utilizado pelo protagonista para caracterizar sua amante e funcionária não é o mesmo que ele emprega ao descrever de forma respeitosa sua esposa, Madalena. Tal distinção pode ser muito bem explicada por Reis quando ele aponta que:

[...] não raro, na Literatura Brasileira, o amor físico seja praticado com negras e mulatas (com mulheres de situação social inferior), sendo que o amor para com as mulheres brancas, quando estas têm posição social equivalente à dos homens implicados, é platônico, espiritualizado. (1987, p. 42)

Nesse sentido, ao retratar Rosa como mero objeto sexual, Paulo Honório também reafirma sua posição social. Isto é, para o fazendeiro, a empregada é apenas mais uma de suas posses, tal qual as escravas o eram para os senhores. Por esse motivo, ele não possui nenhuma vergonha em descrever a funcionária de tal modo em sua narrativa. O que se pode deduzir, ao descrever Rosa com um olhar libidinoso, é que o coronel só destaca as características físicas da empregada com o objetivo de deixar explícita sua intenção de dela tirar proveito sexual.

Em contrapartida, quando conhece Madalena, a futura esposa, Paulo Honório retrata-a de maneira oposta, atribuindo-lhe características que exaltam sua bondade e generosidade ou sua beleza e recato. Na primeira vez que viu Madalena na casa do dr. Magalhães, as observações de Paulo Honório ficam no plano da idealização: “A loura tinha a cabecinha inclinada e as mãozinhas cruzadas, lindas mãos, linda cabeça” (RAMOS, 2017, p.76) e “[...] a mocinha loura voltava para nós, atenta, os grandes olhos azuis.” (RAMOS, 2017, p.77), reforçando o platonismo sobre o qual menciona Reis em citação acima. Ou seja, há uma enorme diferença entre a forma como uma e outra são apresentadas pelo fazendeiro. Rosa, aqui vista nos mesmos

moldes que uma escrava, é apontada como a mulher com quem ele se deita por prazer, enquanto Madalena é apresentada dentro de uma moldura de senhora respeitável.

Tais definições vão ao encontro do famoso trecho de *Casa-grande & senzala*, no qual Gilberto Freyre (2005, p. 72) lembra antigo ditado que resume as funções das mulheres em uma sociedade patriarcal: “branca para casar, mulata para foder, negra para trabalhar”. Nesse sentido, apesar de, ao longo do romance, nunca ser relevado a cor de sua pele, Rosa se enquadra em duas perspectivas apontadas por Freyre (2005): tanto a mulata, que satisfaz sexualmente seu patrão, quanto a negra, que trabalha para o fazendeiro. Isso fica explícito nas páginas finais do romance, quando o coronel relata que “[...] Rosa com a barriga quebrada de tanto parir, trabalha em casa, trabalha no campo e trabalha na cama.” (RAMOS, 2017, p. 220). Fica evidente, portanto, que não há distinção entre o trabalho realizado por uma escrava e o exercido pela companheira de Marciano. Fica patente que ambas recebem o mesmo tratamento, bem como são vítimas dos mesmos abusos por parte de homens que exercem o poder despoticamente.

A partir dessa perspectiva, em um viés culturalista, Rosa se enquadra naquilo que Sousa (2017) escreve sobre os pobres em geral. Estes são vistos sob a mesma ótica da dos escravos negros de outrora. Ou seja, tanto Rosa – mulher livre – quanto os escravos se encontram na mesma posição de dominados. Nesta situação, tornam-se passíveis de sofrer violências físicas ou simbólicas sem que nada seja feito para impedir tais abusos. Dentro desta perspectiva de interpretação, é possível constatar que os sofrimentos dos menos favorecidos em nossa sociedade estão retratados no romance de Graciliano, visto que os empregados de Paulo Honório são quase que reféns de um modelo econômico, que vige na fazenda, muito próximo dos moldes escravocratas. Esta lógica que se percebe em *S. Bernardo* corrobora a afirmativa de Souza (2017, p.43) de que “O ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes.”. Em outras palavras, Souza (2017) atesta que os maus tratos e a indiferença por parte dos mais favorecidos em relação aos pobres ocorrem por conta de um forte sentimento de repulsa que a classe dominante alimenta há séculos pelos desvalidos. A situação tornou-se mais complexa porque, após a abolição da escravatura, o alvo dessa aversão tenha passado a ser o pobre e não necessariamente só o negro.

Desse modo, ao utilizar as considerações de Souza (2017) para analisar Rosa, fica evidente que a personagem é vítima do mesmo ódio que, outrora, foi destinado ao escravo. No romance, fica patente que o recorte de um período em que a sociedade passava por inúmeras transformações. Apesar destas mudanças, nota-se uma ótica de desvalorização na maneira como

a mulher de classe social inferior é vista pelo homem de condição econômica superior. No capítulo sobre a decisão de Paulo Honório se casar, o seguinte trecho reforça tal ideia:

Não me ocupo com amores, devem ter notado, e sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito, difícil de governar.
A que eu conhecia era a Rosa do Marciano, muito ordinária. Havia conhecido também a Germana e outras dessa laia. (RAMOS, 2017, p.67)

Ao ressaltar que não se “ocupa com amores”, Paulo Honório está afirmando que os seus relacionamentos amorosos visam somente a obtenção de prazer, considerando as mulheres que com ele se envolvem completamente irrelevantes. O fazendeiro designa mulheres pobres como “dessa laia”, expressão bastante pejorativa que leva o leitor a perceber Rosa e Germana muito próximas a mulheres prostituídas. Diante disso, o coronel reforça a ideia de que as mulheres de classes sociais inferiores desmerecem sua atenção. É o que sucede a Rosa. Ela é caracterizada como ordinária pelo seu patrão, todavia é ele quem a objetifica e tira proveito dela, mantendo às escondidas (ou talvez nem tanto, pois pode-se cogitar que Marciano tenha consciência disso, mas, vilipendiado e assujeitado como é, não consegue esboçar nenhuma reação) um relacionamento amoroso com a mulher de seu empregado.

Tal relacionamento não deveria ocorrer, visto que o proprietário de São Bernardo, além de figurar como patriarca, também se apresenta como o fundador de sua própria linhagem, “o iniciador de uma família” (RAMOS, 2017, p.16), o que o coloca no papel de pai perante todos aqueles que dele dependem, nisso se incluindo os próprios empregados. Nesse sentido, Lima destaca que:

[...] o relacionamento entre Paulo Honório e Rosa inscreve-se no âmbito do incesto, porque no lugar de fazer o papel de pai protetor contra o assédio sexual que pode vitimar a empregada (aqui vista como filha), o próprio fazendeiro deseja e possui a empregada, talvez até tendo filhos com ela [...]. (2017, p. 110)

A ideia acima reforça que a relação entre Paulo Honório e Rosa se faz nos mesmos modelos escravocratas. Noutras palavras, em meio a uma sociedade que se transforma e se industrializa, as práticas que dirigem as relações sociais ainda são primitivas. Portanto, apesar de Rosa não se negar a ter relações com o seu patrão, o que fica evidente é que muito provavelmente ela não tenha opções, já que naquele meio os excluídos não tinham vez e a vontade do coronel era soberana e incontestável. Dessa maneira, Rosa sofre o que Pierre Bourdieu denomina de violência simbólica. Este tipo de violência, segundo Silva e Oliveira (2017, p. 161):

[...] é “uma violência “invisível”, adotada por meios genuinamente simbólicos de comunicação e conhecimento, que se constitui em um vínculo de subjugação-submissão e que resulta de uma dominação, da qual o dominado é cúmplice, dado o estado natural em que a realidade se apresenta.

É exatamente essa violência disfarçada de obrigação em obedecer ao seu patrão que vitimiza Rosa. Em outras palavras, não é uma violência física, que está escancarada, mas ela existe, pois as posições sociais desses personagens, num ambiente ainda marcados por valores patriarcais, demonstram que os que detêm o poder acabam por subjugar os menos afortunados. Sendo assim, o caso amoroso de Paulo Honório com sua empregada pode ser encarado como uma forma de opressão, já que somente um dos lados poderia escolher.

Além disso, o coronel demonstra, inúmeras vezes, o seu descaso e falta de empatia em relação aos demais, sobretudo aqueles que, na sua visão de mundo, são considerados inferiores. Nessa perspectiva, o episódio em que Madalena dá a Rosa um vestido velho comprova mais uma vez a mesquinhez de Paulo Honório:

[...] Madalena, que tinha oferecida à Rosa um vestido de seda. É verdade que o vestido tinha um rasgão. Mas era disparate.
– Deitasse fora, foi o que eu disse a Madalena. Se estava estragado, era deitar fora. Não é pelo prejuízo, é pelo desarranjo que traz a esse povinho um vestido de seda. (RAMOS, 2017, p. 140)

No trecho acima, percebe-se que fazendeiro, além de abusar de sua posição de patriarca, também acha que os seus empregados não merecem nem as sobras daquilo que provém de seu lar – espécie de casa-grande em tempos modernos que insiste em pôr na ordem do dia os valores consagrados à época da escravidão no país. Nesta demonstração de avareza, Paulo Honório se encontra, segundo Reis (1987, p. 57) “[...] a meio caminho entre a ordem patriarcal e a ordem capitalista”. Isso significa que, segundo as normas do capitalismo, é necessário negar qualquer direito ou a possibilidade de que os desafortunados tenham qualquer coisa além do mínimo, uma forma para que os menos favorecidos continuem submissos. Por isso, o fazendeiro julga um desarranjo sua empregada possuir um vestido de seda, já que esta peça de roupa simboliza os privilégios da classe dominante, os quais, para quem é dominado jamais deveria existir, pois tal possibilidade desalinhará a ordem natural das coisas naquela sociedade.

MARCIANO

Reiterando a sua posição social, o protagonista de *S. Bernardo* exerce sua relação de patrão/empregado com Marciano de modo distinto daquele que era utilizado para se relacionar

com Rosa, visto que a submissão da mulher passava pela satisfação sexual do coronel. Diferentemente da violência simbólica sofrida pela mulher, a relação entre Paulo Honório e Marciano ultrapassa o limite do simbólico e chega à violência extremada, com episódios em que o fazendeiro humilha e espanca o funcionário. Além disso, é comum que o patriarca compare Marciano a animais, o que oprime e rebaixa ainda mais o trabalhador:

– Manda-me cá o Marciano, *aquele cachorro*. Até logo, vou ver.

À noite reuni Marciano e Padilha na sala de janta, berrei um sermão comprido para demonstrar que era eu que trabalhava para eles. Mas atralhei-me e contentei-me com injuriá-los.

– Mal-agraçados, estúpidos.

[...]

Marciano encolhia-se, levantava os ombros e intentava meter a cabeça dentro do corpo. *Parecia um cágado*. (RAMOS, 2017, p. 69, grifos nossos)

Somados aos insultos e à maneira opressiva com que o narrador trata seus trabalhadores, estão os adjetivos animaisos que o fazendeiro utiliza para caracterizar Marciano. Nesse sentido, fica evidente em dois momentos do trecho acima que o coronel se refere ao seu empregado como um animal. Primeiramente chama-o de cachorro e, ao fim da passagem, na qualidade de narrador que efetua uma reflexão, compara-o a um cágado. Dessa forma, fica claro que Paulo Honório animaliza o seu funcionário. Em outras palavras, aos olhos do dominador, o dominado deixa de ser humano.

Dentro desta lógica que caracteriza o coronel de ver os que o cercam sob uma ótica zoomorfixadora, Marciano carece de traços humanos. Conseqüentemente, ele não possui direitos, pois é considerado um bicho. Tal ideia vai ao encontro do que Candido denomina, quando escreve sobre *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, como “animalidade social”, conceito que pode muito bem ser aplicado a este romance de Graciliano, haja vista que seu narrador se mostra totalmente contaminado por ideias científicas bastante comuns entre os escritores naturalistas. Em “A passagem dos dois ao três: contribuição para o estudo das mediações na análise literária”, Candido salienta que a “animalidade social”:

exprim[e] a alienação do trabalhador que, ao vender sua força de trabalho, vê reduzida uma parcela de sua humanidade, enquanto aumenta sua parcela de animalidade, na medida em que é nivelado a uma máquina muscular. (1974, p. 792)

Tal ideia retoma exatamente aquilo que já foi apontado anteriormente, isto é, o fazendeiro enxerga os trabalhadores que o cercam apenas pelo que podem lhe oferecer em termos de produtividade. Nesse caso, a única coisa que Marciano tem a ofertar é a sua própria força de trabalho, explorada até o limite por Paulo Honório, visto que o fazendeiro obriga

Marciano e os outros empregados a trabalharem quase sem nenhum direito e no ritmo de uma produtividade que beira a insanidade. Não bastasse a evidente exploração a que se sujeitam Marciano e os outros trabalhadores, o coronel os trata de forma tirana, como a reavivar os quadros da escravidão.

Com este tipo de tratamento aviltante, tanto Marciano quanto os demais são totalmente desconsiderados. Conseqüentemente, perdem a individualidade, permitindo, por conseguinte, que sejam compreendidos na ótica de Paulo Honório como sujeitos descartáveis quando não tiverem mais serventia. Este modo de o fazendeiro proceder revela uma perversidade que aproxima o coronel menos de um patrão e muito mais de um senhor de escravos. Fica claro, portanto, na relação entre o proprietário e os empregados, a inegável semelhança entre o regime de trabalho quase servil que vigorava nas terras de São Bernardo e as práticas escravocratas.

No estabelecimento de uma relação de subordinação entre patrão e empregados, as constantes opressões sofridas por Marciano vão ao encontro do que Jessé de Souza (2017, p. 97) ressalta ao tratar sobre o pobre e oprimido: “Se possível, deve-se humilhá-lo, enganá-lo, desumanizá-lo, maltratá-lo e matá-lo cotidianamente. Era isso que se fazia com o escravo e é exatamente a mesma coisa que se faz com a ralé de novos escravos hoje em dia.” A enumeração de Souza encaixa-se nas práticas efetuadas por Paulo Honório na relação hierárquica e perversa que estabelece com Marciano. Como se observa ao longo da narrativa, tal tratamento dado ao empregado pelo fazendeiro provém de hábitos ancestrais, perpetuados como hábitos corriqueiros na sociedade brasileira, sobretudo porque a escravidão arraigou-se fortemente no espírito daqueles que exercem o poder.

De acordo com a lógica exposta acima, ao oprimir e humilhar Marciano, Paulo Honório, de certa forma, restabelece a ordem escravocrata e, conseqüentemente, reafirma sua posição de patriarca, do velho e cruel senhor de escravos que, em tempos de modernização, de industrialização, põe no rosto uma frágil máscara de patrão. Em outras palavras, para que o fazendeiro seja considerado o dominador e fique com um pé no passado e outro no presente, é preciso que outras pessoas sejam subjugadas e sejam não exatamente empregados dentro da lógica capitalista, mas sim máquinas de carne, animais dóceis, réplicas de escravos.

Além disso, nessa perspectiva capitalista, é necessário manter os menos favorecidos na condição de oprimidos. Assim, essas pessoas não se revoltam contra os abusos que sofrem. É exatamente esta a postura adotada por Paulo Honório. Contudo, além dessa violência velada, o coronel se assemelha ainda mais aos donos de escravos de outrora ao usar da violência física para dominar aqueles a sua volta:

- Acabei o serviço, seu Paulo, gaguejou Marciano perfilando-se.
[...]
– Mentiroso. Os animais estão morrendo de fome, roendo a madeira.
Marciano teve um rompante:
– Ainda agorinha os cochos estavam cheios. Nunca vi gado comer tanto. E ninguém aguenta mais viver nesta terra. Não se descansa.
Era verdade, mas nenhum morador me havia ainda falado de semelhante modo.
– Você está se fazendo de besta, seu corno?
Mandei-lhe o braço ao pé do ouvido e derrubei-o. Levantou-se zozzo, bambeando, recebeu mais uns cinco trompaços e levou outras tantas quedas. A última deixou-o esperneando na poeira. Enfim ergueu-se e saiu de cabeça baixa, trocando os passos e limpando com a manga o nariz, que escorria sangue. (RAMOS, 2017, p. 126-127)

Na citação acima, Paulo Honório utiliza a violência física para demonstrar que ele, o patriarca, pode tudo diante daqueles que são considerados suas posses. Fica claro que o fazendeiro trata Marciano como um animal incapaz de se defender. O empregado – espezinhado, animalizado – nada faz diante da agressão que sofre.

Nesse sentido, os comentários de Therezinha Mucci Xavier sobre a leitura que Machado de Assis fazia da escravidão em seus romances e a lógica do favor que envolvia a instituição do cativo parecem fazer sentido na obra de Graciliano. Ao apontar que os cativos do século XIX, à beira da Abolição, se encontravam “[...] acorrentados [...] nas causas naturais de servidão – a fraqueza, a covardia, o medo, a devoção ao senhor ou a simples incapacidade de tomar uma decisão autônoma.” (XAVIER, 1993, p. 104-105), é possível interpretar o modo como Marciano procede suprimindo uma ou outra expressão comum nos tempos da escravidão que há na citação acima. Visto sob este ângulo, Marciano se situa na mesma posição de Rosa, também incapaz de reagir diante daquele que supostamente detém a razão e a justiça. Isso sucede porque, na sociedade ainda com marcas patriarcais em que o romance se passa, tais práticas são comuns e, desta maneira, ambos os empregados, movidos muito provavelmente pelo medo ou pela necessidade, acabam permanecendo escravizados à condição com a qual se deparam e da qual não conseguem fugir.

Ainda nesta perspectiva interpretativa, Paulo Honório justifica a si e ao leitor que a condição submissa em que seus funcionários se encontram se deve ao fato de eles terem nascido para serem explorados. Desse modo, o fazendeiro ignora o real motivo dessas pessoas se acharem em tal situação, ou seja, ele se isenta de qualquer responsabilidade pelas injustiças e abusos que tanto marcam a trajetória desses trabalhadores:

- [...] Essa gente faz o que se manda, mas não vai sem pancada. E Marciano não é propriamente um homem.
– Por quê?
– Eu sei lá! Foi vontade de Deus. É um molambo.
– Claro. Você vive a humilhá-lo.

- Protesto! exclamei alterando-me. Quando o conheci, já era molambo.
- Provavelmente porque sempre foi tratado a pontapés.
- Qual nada! É molambo porque nasceu molambo. (RAMOS, 2017, p. 128-129)

No diálogo acima entre o fazendeiro e Madalena, mais uma vez Paulo Honório deixa explícito que, de acordo com sua visão de mundo, Marciano não é um ser humano, reduzindo-o à coisa. Isto é, ao denominar Marciano como molambo, o fazendeiro volta a demonstrar que pode caracterizar outra pessoa do modo que melhor lhe convém. Afinal de contas, naquele meio em que a hierarquia não deixa dúvidas sobre quem manda e quem obedece, o ponto de vista do patriarca é incontestável. Além disso, ao exprimir sua visão sobre a posição social em que seu funcionário se encontra, o coronel justifica a pobreza e a violência sofrida por Marciano como se fossem decorrência de ordem divina. Dessa forma, o coronel novamente se isenta de seu papel diante de tais desigualdades e põe em curso de que haveria uma presumida vontade de um ente superior em separar seres superiores e inferiores.

Nesse sentido, Paulo não reconhece que seu empregado só está em tal situação pois existe uma lei que não está no papel, mas que rege a sociedade patriarcal na qual o romance se passa. Tal lei diz respeito àquela imposta pelo mais forte, na qual quem está no poder estabelece as normas e regras para que sua vontade seja feita. Logo, quem está na posição contrária deve obedecer a essas imposições. Sendo assim, este cenário impiedoso condiciona Marciano ao estado de oprimido. Em outras palavras, nas terras de Paulo Honório não existem outras alternativas para que os menos favorecidos possam sobreviver. Restam-lhes as constantes humilhações e violações de direitos básicos. Se for estabelecida uma ponte com a realidade, é impossível não perceber uma enorme semelhança entre a relação prepotente de Paulo Honório e Marciano com as relações de trabalho existentes no mundo real. Ou seja, o romance de Graciliano Ramos estabelece uma homologia entre a realidade da época e o texto ficcional, reiterando observações de Reis:

“[...] as relações entre os personagens reproduzem (de uma forma enviesada, assimétrica) relações sociais. Fica sugerido, pela análise dos textos literários por mim encetada, que o processo social brasileiro se dá, e morosamente, na base um tanto ou quanto superficiais, ao passo que, nos alicerces mais fundos, as estruturas permanecem intactas e inalteradas em suas configurações mais essenciais.” (1987, p.120)

Fica confirmada, portanto, que a relação oscilante entre Paulo Honório e Marciano, assinalada pela equação servidão e trabalho livre se confundem, estabelece verossimilhança com a realidade brasileira ainda alicerçada em inúmeras práticas escravocratas e patriarcais que ainda eram comuns no meio rural das primeiras décadas do século XX. Além disso, há um

aspecto assustador: apesar de várias mudanças terem sido implantadas no meio social, as relações de poder entre dominante e dominado permanecem intactas, isto é, continuam a existir Paulos Honórios e Marcianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto ao longo deste artigo, é possível afirmar que as relações de poder descritas em *S. Bernardo* demonstram a insensibilidade de Paulo Honório no que diz respeito à maneira como procede com Rosa e Marciano. Fica evidente que o coronel encara seus empregados como se os dois fossem subordinados à sua vontade. Segundo essa lógica, ao analisar Rosa e Marciano, fica patente que ambos são vítimas das atrocidades cometidas pelo dono das terras de São Bernardo, ou seja, há a consequente reedição das práticas de moldes escravocratas empregadas pelo coronel contra o casal de empregados.

Em conformidade com a discussão empreendida aqui, Rosa, a empregada e amante de Paulo Honório, é descrita no decorrer do romance sob a ótica machista do protagonista, que a retrata a partir de uma visão dominadora cuja finalidade é oprimi-la. Constata-se, pois, que a personagem não possui voz dentro da narrativa, o que corrobora a ideia de Reis (1987) sobre os menos favorecidos permanecerem marginalizados e silenciados. Ainda nessa perspectiva, o dono de São Bernardo constantemente utiliza adjetivos pejorativos ao se referir a sua funcionária e amante, demonstrando claramente o seu desprezo com aqueles que ele considera inferiores. Desta forma, é possível observar uma enorme semelhança entre Rosa, a personagem de Graciliano Ramos, e uma escrava, pois a mulher de Marciano se depara com condições servis, escravizada tanto aos afazeres de seu cotidiano na fazenda quanto escravizada às vontades e desejos de Paulo Honório, figura oscilante entre senhor e patrão.

Em situação semelhante de ultraje, vive Marciano, o companheiro de Rosa. Embora a violência que o vitimize seja diferente daquela que ocorre com Rosa, o personagem também se encontra oprimido pelo patrão e pelas circunstâncias que lhe são impostas. Para que ocorra a submissão de Marciano por Paulo Honório, o empregado é tratado como um animal, ou seja, o coronel desconsidera a humanidade de Marciano, humilhando-o e agredindo-o com o intuito de convencê-lo de que é um animal – prática corrente nos tempos da escravidão. Além disso, o coronel – ao se observar sua faceta de capitalista – percebe Marciano somente como uma máquina utilizada para o trabalho, sem possuir nenhum direito e destinado a sobreviver em condições similares a de um escravo.

Conforme os comentários acima, nota-se que, por meio da análise do conflito vivido entre Paulo Honório, Rosa e Marciano, Graciliano buscou tecer uma crítica ao atraso social, econômico e cultural de parte de uma parcela da sociedade brasileira da época retratada no romance mesmo que seja um momento em que importantes transformações ocorriam na sociedade brasileira.

Portanto, é possível concluir que as relações sociais estabelecidas entre patrão/empregado – opressor/oprimido – no decorrer do romance de Graciliano Ramos – se baseiam em modelos escravocratas. Nesta reedição de tais valores ultrapassados, quem está na posição de poder – Paulo Honório – rege tudo e todos a sua volta, enquanto Rosa e Marciano, sujeitos pobres e resignados à exploração do trabalho, são compelidos à vontade do fazendeiro.

Como a corroborar o que Reis postula no seu ensaio, *S. Bernardo* estabelece uma evidente verossimilhança entre a sociedade patriarcal que a narrativa põe em cena e o texto ficcional. Dito com outras palavras, Graciliano emprega neste romance – ao mostrar a relação conturbada que Paulo Honório tem com Rosa e Marciano – uma crítica à maneira como são estabelecidos os vínculos entre dominador e dominado. Além disso, o romance demonstra que as aparentes transformações na sociedade brasileira anunciadas no desfecho (Revolução de 30) eram apenas ilusórias, já que os abusos e violações aos direitos dos menos favorecidos continuaram a existir.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. A passagem do dois ao três: contribuição para o estudo das mediações na análise literária. *Revista de História*, USP, São Paulo-SP, v. 50, n. 100, 1974, p. 787-800. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132672>>. Acesso em: 31 maio 2019.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 50. ed. rev. São Paulo: Global, 2005.

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: Ramos, Graciliano. *S. Bernardo*. 24. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record; Martins, 1975, p. 173-197.

LIMA, Marcos Hidemi de. *Os desvãos da ordem patriarcal*. Londrina: Eduel, 2017.

RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. 99. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

REIS, Roberto. *A permanência do círculo: hierarquia no romance brasileiro*. Niterói, EDUFF; Brasília: INL, 1987.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

SILVA, Laura Ferreira da; OLIVEIRA, Luizir de. O papel da violência simbólica na sociedade por Pierre Bourdieu. *Revista FSA*, Teresina, v.14, n. 9, p. 160-174, mai./jun. 2017. Disponível em: <<http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1342/1249>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

XAVIER, Therezinha Mucci. *Verso e reverso no romance de Machado de Assis*. Viçosa: UFV, 1994.

Recebido em: 28/09/2020

Aprovado em: 10/02/2020

Publicado em: 24/03/2021